



Prefeitura de SOROCABA

CONCURSO PÚBLICO

035. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR – PMS

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ♦ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ♦ A duração da prova é de 4 horas.
- ♦ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



Prefeitura de **SOROCABA**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E
02	A B C D E
03	A B C D E
04	A B C D E
05	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A B C D E
27	A B C D E
28	A B C D E
29	A B C D E
30	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
51	A B C D E
52	A B C D E
53	A B C D E
54	A B C D E
55	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
76	A B C D E
77	A B C D E
78	A B C D E
79	A B C D E
80	A B C D E

06	A B C D E
07	A B C D E
08	A B C D E
09	A B C D E
10	A B C D E

31	A B C D E
32	A B C D E
33	A B C D E
34	A B C D E
35	A B C D E

56	A B C D E
57	A B C D E
58	A B C D E
59	A B C D E
60	A B C D E

81	A B C D E
82	A B C D E
83	A B C D E
84	A B C D E
85	A B C D E

11	A B C D E
12	A B C D E
13	A B C D E
14	A B C D E
15	A B C D E

36	A B C D E
37	A B C D E
38	A B C D E
39	A B C D E
40	A B C D E

61	A B C D E
62	A B C D E
63	A B C D E
64	A B C D E
65	A B C D E

86	A B C D E
87	A B C D E
88	A B C D E
89	A B C D E
90	A B C D E

16	A B C D E
17	A B C D E
18	A B C D E
19	A B C D E
20	A B C D E

41	A B C D E
42	A B C D E
43	A B C D E
44	A B C D E
45	A B C D E

66	A B C D E
67	A B C D E
68	A B C D E
69	A B C D E
70	A B C D E

91	A B C D E
92	A B C D E
93	A B C D E
94	A B C D E
95	A B C D E

21	A B C D E
22	A B C D E
23	A B C D E
24	A B C D E
25	A B C D E

46	A B C D E
47	A B C D E
48	A B C D E
49	A B C D E
50	A B C D E

71	A B C D E
72	A B C D E
73	A B C D E
74	A B C D E
75	A B C D E

96	A B C D E
97	A B C D E
98	A B C D E
99	A B C D E
100	A B C D E

01. Leia a charge.



(www.lutecartunista.com.br. Adaptado)

É correto afirmar que

- (A) a fala do primeiro personagem alude a um fato que prontamente é enaltecido pelo segundo.
- (B) a fala do primeiro personagem mostra-o pessimista em relação às condições econômicas do Brasil face às do Reino Unido.
- (C) a fala do segundo personagem expressa seu descontentamento quanto aos direitos básicos do cidadão.
- (D) as falas de ambos os personagens são coincidentes, sugerindo cautela antes de comemorar a economia nacional.
- (E) as falas de ambos os personagens divergem, e o primeiro sugere que os direitos básicos são desrespeitados.

Leia o texto de Fernando Rodrigues para responder às questões de números 02 a 09.

O PIBão e os costumes

BRASÍLIA – A caminho da *Folha*, parei ontem em frente à rodoviária de Brasília. Enquanto o semáforo não abria, vi no carro da frente uma mulher arremessar pela janela a embalagem amassada de uma bala ou barra de chocolate. No rádio, o locutor martelava com ufanismo que o Brasil termina este ano como a 6.^a maior economia do mundo.

É chato ser estraga-prazeres quando há uma notícia boa, mas jornalistas somos assim mesmo. O menor problema do Brasil é se sua economia passará a do Reino Unido, como a mídia britânica noticiou. Um defeito grave por aqui continua sendo a falta de valores civilizatórios – e nenhum sinal de melhora desse cenário no médio prazo.

Basta refletir a respeito da situação descrita: apesar do “PIBão”, há hoje menos pessoas jogando papel na rua do que havia nos anos 90?

Segundo o vaticínio do ministro da Fazenda, só daqui a 10 ou 20 anos o brasileiro terá o mesmo padrão de vida do europeu. E quanto tempo passará até as pessoas se tornarem mais educadas e civilizadas em público?

Na sua tradicional edição especial dupla de final de ano, a revista britânica “The Economist” traz uma reportagem longa sobre o Brasil. Título: “The servant problem”. Em tradução livre, “o problema das empregadas”. Trata da dificuldade atual da elite brasileira para encontrar uma funcionária que tire os pratos da mesa, lave a louça e as roupas.

“Na virada do século 21, o Brasil tem grandes similaridades com o Reino Unido de 1880”, escreve a revista. Aqui, como lá há 130 anos, a elite reage e fica mal-humorada.

O Brasil, aponta a “Economist”, tem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.

Pelo *slogan* da presidência, “país rico é país sem pobreza”. Rico o Brasil até já é. Faltam valores e bom costumes. E não apenas para quem é pobre.

(Folha de S.Paulo, 28.12.2011. Adaptado)

02. O objetivo do texto é discutir qual

- (A) país tem de fato uma melhor economia e uma população mais civilizada e sintonizada com a vida em coletividade.
- (B) a importância do avanço econômico do Brasil, se ainda há muito a se alcançar em valores e bons costumes.
- (C) problema o Brasil conseguirá enfrentar primeiro, já que sua economia já conseguiu superar a do Reino Unido.
- (D) a possibilidade de o Brasil tornar-se rico e superar o padrão de civilização de nações europeias.
- (E) a relevância de atitudes civilizadas, uma vez que o Brasil já é um país rico e autossuficiente.

03. O substantivo “PIBão” está empregado no título e no texto com sentido

- (A) ambíguo.
- (B) ufanista.
- (C) carinhoso.
- (D) irônico.
- (E) recriminatório.

04. Uma resposta coerente para a pergunta do jornalista – ... apesar do “PIBão”, há hoje menos pessoas jogando papel na rua do que havia nos anos 90? –, em função do ponto de vista que adota, é:

- (A) Não, o aumento do PIB reforça ainda mais o mau comportamento do brasileiro, como mostra a atitude da motorista de Brasília.
- (B) Sim, o aumento do PIB refinou o já reconhecido comportamento civilizado do povo brasileiro.
- (C) Não, pois, como se vê no Reino Unido e também aqui no Brasil, não há relação entre economia e civilidade.
- (D) Sim, pois a civilidade, que era comum na Europa, em países como o Reino Unido, já é uma realidade no Brasil.
- (E) Não, a atitude da motorista de Brasília ratifica que o aumento do PIB não implicou atitudes mais civilizadas.

05. No trecho – No rádio, o locutor **martelava** com ufanismo que... – a forma verbal em destaque está empregada em sentido

- (A) figurado, significando “insistia”.
- (B) próprio, significando “forçava”.
- (C) figurado, significando “agredia”.
- (D) próprio, significando “teimava”.
- (E) figurado, significando “questionava”.

Considere o trecho a seguir para responder às questões de números 06 e 07.

O Brasil, aponta a “Economist”, tem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.

06. Atendo-se às regras de pontuação e de concordância da norma-padrão da língua portuguesa, o trecho está corretamente reescrito em:

- (A) A “Economist”, aponta que no Brasil, existem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não tem máquina de lavar louça.
- (B) A “Economist” aponta, que no Brasil, existe mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não têm máquina de lavar louça.
- (C) A “Economist” aponta que, no Brasil, há mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não têm máquina de lavar louça.
- (D) A “Economist” aponta que, no Brasil se vê mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não tem máquina de lavar louça.
- (E) A “Economist”, aponta que no Brasil se veem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não tem máquina de lavar louça.

07. Observando o sentido que se estabelece entre as orações do trecho em função do emprego da conjunção “mas”, é correto reescrevê-lo da seguinte forma:

- (A) Segundo a “Economist”, caso Brasil tenha mansões sem água quente na pia da cozinha, alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (B) Segundo a “Economist”, apesar de o Brasil ter mansões sem água quente na pia da cozinha, alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (C) Segundo a “Economist”, quanto mais o Brasil tem mansões sem água quente na pia da cozinha, mais alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (D) Segundo a “Economist”, o Brasil não só tem mansões sem água quente na pia da cozinha, como também alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (E) Segundo a “Economist”, para o Brasil ter mansões sem água quente na pia da cozinha, alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.

08. Analise as afirmações.

- I. Na oração – ... parei **ontem** em frente à rodoviária de Brasília. – (1.º parágrafo), o advérbio em destaque é indicativo de tempo passado.
- II. Na oração – ... o Brasil termina este ano como a 6.ª maior economia **do mundo**. – (1.º parágrafo), a expressão em destaque está empregada com valor adverbial, indicativa de lugar.
- III. Na oração – Um defeito grave por **aqui** continua sendo a falta de valores civilizatórios... – (2.º parágrafo), o advérbio em destaque refere-se à cidade de Brasília.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

09. Assinale a alternativa correta quanto à regência, de acordo com a norma-padrão.

- (A) O locutor estava certo que o Brasil terminaria o ano como a 6.ª economia do mundo.
- (B) O Brasil chega no fim de 2011 como a 6.ª economia mundial.
- (C) A mídia britânica noticiou de que a economia brasileira superou a de seu país.
- (D) Quanto tempo passará para as pessoas conquistarem ao padrão de civilidade ideal?
- (E) A revista “The Economist” alude ao fato de ser difícil encontrar empregada no Brasil.

10. Leia o texto a seguir.

Ao superar os britânicos, a economia brasileira está no meio do caminho, _____ frente também da Itália, superada em 2010, e já colada na da França.

De acordo com o diretor executivo do Centro para Pesquisa Econômica e Negócios (CEBR), Douglas McWilliams, as causas do declínio são evidentes: a crise da Europa, somada ao alto endividamento no bloco e _____ necessidade premente de reduzir déficits e dívidas, leva _____ políticas de austeridade que desaceleram o crescimento e precipitam a ascensão dos grandes emergentes. “O Brasil tem batido os países europeus no futebol há muito tempo, mas ultrapassá-los no campo da economia é um fenômeno novo”, disse McWilliams ao *Guardian*.

(www.estadao.com.br, 27.12.2011)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com

- (A) a ... a ... a
- (B) à ... à ... à
- (C) a ... a ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) à ... a ... à

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. *A Constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder que regem esse país, sendo esta a constituição real e efetiva, não passando a Constituição escrita de uma 'folha de papel'.*

O conceito de constituição apresentado é de autoria de um autor clássico do direito constitucional. Assinale a alternativa que aponta o nome desse autor.

- (A) Hans Kelsen.
 - (B) Carl Schmitt.
 - (C) Ferdinand Lassalle.
 - (D) Konrad Hesse.
 - (E) J. J. Gomes Canotilho.
12. Conforme dispõe a Constituição Federal, a competência para legislar sobre assistência jurídica e Defensoria pública é uma competência
- (A) privativa da União.
 - (B) comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (C) concorrente entre a União e Estados e Distrito Federal.
 - (D) privativa dos Municípios.
 - (E) dos Estados, que devem estabelecer as normas gerais sobre a matéria.
13. Determinado Prefeito Municipal pretende criar um Conselho de Contas Municipais, para auxiliá-lo no controle das contas do Município. Considerando o disposto na Constituição Federal, pode-se dizer que essa pretensão
- (A) tem amparo constitucional, uma vez que é dever do Prefeito zelar pelas contas do Município e a criação do Conselho tem esse objetivo.
 - (B) é inconstitucional, pois a Constituição veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (C) é permitida pela Constituição, mas a criação do Conselho terá que ser aprovada pela Câmara Municipal.
 - (D) não poderá ser concretizada pelo Prefeito, já que a Constituição estabelece que somente por lei Estadual poderá ser criado esse Conselho.
 - (E) é viável juridicamente, já que a criação do Conselho é matéria de lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, mas deve o Prefeito incluir no orçamento os recursos necessários para esse fim.

14. Pelas regras constitucionais, a criação de Municípios
- (A) far-se-á por lei Federal, dentro do período determinado por Lei Complementar estadual.
 - (B) far-se-á por meio de Lei Orgânica Municipal, depois de aprovada a criação por lei estadual.
 - (C) dependerá de referendo para a sua aprovação.
 - (D) exige estudos de viabilidade municipal, que devem ser divulgados, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (E) é vedada pela Constituição Federal.
15. O total da despesa com a remuneração dos vereadores, considerando a receita do Município, não poderá ultrapassar o montante de
- (A) 1%.
 - (B) 2%.
 - (C) 3%.
 - (D) 5%.
 - (E) 7%.
16. O Vereador João Sinésio, do Município de Bretão, no exercício do mandato, ao discursar em convenção do seu partido que ocorreu na cidade vizinha de Bretinha, chamou seu desafeto político de ladrão, na frente de várias testemunhas. Nessa situação, a Constituição Federal prevê que o vereador
- (A) não poderá ser processado, já que não cometeu qualquer crime.
 - (B) poderá ser processado, pois os vereadores, diferentemente dos deputados e senadores, não possuem qualquer tipo de imunidade.
 - (C) poderá ser processado se a Câmara Municipal de Bretinha autorizar a abertura de processo contra ele.
 - (D) poderá ser processado se a Câmara Municipal de Bretão autorizar a abertura de processo contra ele.
 - (E) poderá ser normalmente processado pelo crime cometido, visto que a inviolabilidade dos vereadores não o protege fora do seu Município.
17. Assinale a alternativa que aponta uma acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedada pela Constituição Federal.
- (A) Um cargo de professor na Administração Direta com outro técnico ou científico em autarquia.
 - (B) Dois cargos de enfermeiro, sendo um em hospital Municipal e outro em Posto de Saúde em outro Município.
 - (C) Dois cargos de professor na Administração Direta.
 - (D) Cargo de Procurador Municipal com o emprego de consultor jurídico numa sociedade de economia mista.
 - (E) Cargo de médico na Prefeitura e outro de médico em empresa pública.

18. É um direito constitucional do servidor ocupante de cargo público:
- (A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 - (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
 - (C) fundo de garantia do tempo de serviço.
 - (D) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - (E) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
19. Conforme estabelece a Constituição da República sobre os servidores públicos civis, a lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual ao valor da totalidade
- (A) dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
 - (B) dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de sessenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
 - (C) da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de trinta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (D) da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de cinquenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (E) da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de sessenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
20. O projeto de lei de iniciativa popular, entre outros requisitos,
- (A) deve ser apresentado perante o Senado.
 - (B) deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
 - (C) deve ser subscrito por eleitores de pelo menos três Estados.
 - (D) deve ser subscrito por eleitores de pelo menos um décimo por cento dos eleitores de, no mínimo, três Estados.
 - (E) não pode tratar de matéria reservada à lei ordinária.
21. A Carta Magna dispõe, expressamente, que são gratuitas as ações de
- (A) *habeas-corpus* e *habeas-data*.
 - (B) *habeas-corpus* e mandado de segurança.
 - (C) *habeas-data* e mandado de segurança.
 - (D) *habeas-corpus* e mandado de injunção.
 - (E) mandado de injunção e mandado de segurança.
22. Felisberto Silva candidatou-se nas eleições para o cargo de Prefeito do Município de Romão e foi eleito para o respectivo cargo público, tendo sido devidamente diplomado. No entanto, apurou-se por meio de provas concretas que Felisberto está envolvido em casos de abuso do poder econômico, corrupção e fraude. Nessa hipótese, a Carta Magna prevê que o mandato de Felisberto
- (A) não mais poderá ser impugnado, uma vez que Felisberto já foi devidamente diplomado.
 - (B) não poderá ser impugnado, tendo em vista que, ao ser eleito e diplomado, Felisberto adquiriu imunidade, e, assim, somente poderá ser processado depois de terminado o seu mandato.
 - (C) poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas dos referidos crimes.
 - (D) poderá ser impugnado perante o Tribunal de Justiça, que é o órgão competente para processar o Prefeito Municipal.
 - (E) poderá ser impugnado junto à Justiça Eleitoral, no prazo de trinta dias depois de encerradas as eleições, por ação judicial que deverá ser instruída com as provas dos crimes.
23. Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Judiciário segundo a Constituição Federal.
- (A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
 - (B) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (C) O Advogado-Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, ainda, outras atribuições que lhe forem conferidas pela Lei Orgânica do Ministério Público.
 - (E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

24. O controle de constitucionalidade é estudado e subdividido, historicamente, pela doutrina, tendo em vista três grandes sistemas mundiais, considerando as suas diferentes formas de controle: o difuso, o concentrado e o preventivo. Assim sendo, assinale a alternativa que contempla, correta e respectivamente, os três países onde esses sistemas jurídicos surgiram e se desenvolveram.

- (A) França, Estados Unidos da América e Alemanha.
- (B) Alemanha, Estados Unidos da América e França.
- (C) Portugal, Estados Unidos da América e Alemanha.
- (D) Estados Unidos da América, Áustria e França.
- (E) Estados Unidos da América, França e Áustria.

25. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de

- (A) dez mil habitantes.
- (B) vinte mil habitantes.
- (C) vinte mil eleitores.
- (D) trinta mil habitantes.
- (E) trinta mil eleitores.

DIREITO CIVIL

26. Método de interpretação que se baseia na investigação dos antecedentes da norma, do processo legislativo, a fim de descobrir o seu exato significado. É o método que apura a vontade do legislador e os objetivos que visava atingir.

Essa definição refere-se ao método de interpretação

- (A) histórico.
- (B) sistemático.
- (C) teleológico.
- (D) gramatical.
- (E) sociológico.

27. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- (A) os Estados; os partidos políticos.
- (B) a União; as organizações religiosas.
- (C) as entidades de caráter público, criadas por lei.
- (D) a União; os Estados regidos pelo direito internacional público.
- (E) os Municípios; as Autarquias, inclusive as associações públicas.

28. Leia as seguintes afirmativas.

- I. Os negócios jurídicos onerosos podem ser aleatórios, quando as prestações são equivalentes, certas e determinadas, e comutativos, quando a prestação de uma das partes depende de acontecimentos incertos e inesperados.
- II. São negócios jurídicos causais (concretos ou materiais) os que estão vinculados à causa que deve constar do próprio negócio, como é o caso dos contratos, em geral.
- III. Atos jurídicos meramente lícitos são os praticados pelo homem sem intenção direta de ocasionar efeitos jurídicos, tais como invenção de um tesouro, plantação em terreno alheio, construção, pintura sobre uma tela.
- IV. Os atos ilícitos, que promanam direta ou indiretamente da vontade, são os que ocasionam efeitos jurídicos, mas contrários, *lato sensu*, ao ordenamento. Há ato ilícito civil somente nos casos em que, com intenção, alguém cause dano a outrem.

Estão corretas somente as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

29. A pretensão do segurado contra o segurador e deste contra aquele, e a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescrevem, respectivamente, em

- (A) 1 (um) ano; 2 (dois) anos.
- (B) 1 (um) ano; 5 (cinco) anos.
- (C) 2 (dois) anos; 3 (três) anos.
- (D) 2 (dois) anos; 5 (cinco) anos.
- (E) 3 (três) anos; 2 (dois) anos.

30. Assinale a alternativa que descreve corretamente os requisitos para a ocorrência da usucapião extraordinária.
- (A) Aquele que exercer, por dois anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados, cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (B) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - (C) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (D) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (E) As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
31. Quanto aos efeitos dos direitos reais em garantia, Caio Mário da Silva Pereira afirma que a faculdade de o credor com garantia real executar judicialmente o débito garantido, vendendo judicialmente o bem, quando o débito vencido não for pago, denomina-se
- (A) garantia.
 - (B) excussão.
 - (C) sequela.
 - (D) indivisibilidade.
 - (E) privilégio.
32. O ordenamento jurídico pátrio prevê modalidades de extinção da obrigação sem que seja realizado pagamento, direta ou indiretamente. Assinale a alternativa que corretamente indica e define uma dessas modalidades.
- (A) *Novação*: extinção das obrigações quando duas pessoas forem, reciprocamente, credora e devedora.
 - (B) *Compensação*: por força de fato jurídico estranho à relação obrigacional, as figuras do devedor e do credor se reúnem na mesma pessoa.
 - (C) *Confusão*: é a modalidade que pode ser conceituada como a constituição de uma obrigação nova, em substituição de outra, que fica extinta.
 - (D) *Remissão*: liberação graciosa do devedor, emanada do credor.
 - (E) *Transação*: devedor e credor, por meio de concessões mútuas, extinguem litígios e conseqüentemente a obrigação.
33. Sobre enriquecimento sem causa, é correto afirmar que o Código Civil de 2.002 prevê, expressamente, que
- (A) aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários e calculados os juros legais.
 - (B) a restituição é devida só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento.
 - (C) não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
 - (D) se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi cedido.
 - (E) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível.

34. Há várias hipóteses concretas de responsabilidade sem culpa na legislação brasileira. Assinale a alternativa que corretamente identifica uma delas.

- (A) Aqueles que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, respondem até a quantia total subtraída.
- (B) O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado. Para se furtar à indenização, o dono ou detentor do animal terá que comprovar a culpa da vítima ou motivo de força maior.
- (C) O dono do edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier da falta de reparos, de necessidade manifesta, mesmo que consiga comprovar que o ocorrido deriva de hipótese de caso fortuito ou força maior.
- (D) O empregador ou comitente responde por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, não cabendo direito em regresso.
- (E) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir.

35. Assinale a alternativa que corretamente identifica previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- (B) A falta ou a carência de recursos materiais pode constituir motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 1 (um) ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (D) O direito à liberdade da criança e do adolescente não prevê como um de seus aspectos a liberdade de participar da vida política.
- (E) A garantia de prioridade de crianças e adolescentes não compreende a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

36. Analise a seguinte situação hipotética:

O Prefeito do Município de Sorocaba encaminha para a Procuradoria do Município solicitação de parecer na seguinte questão: A Prefeitura Municipal de Sorocaba pretende desapropriar imóvel de 10 000 m². Porém, somente área equivalente a 20% (vinte por cento) do imóvel está no perímetro do Município, sendo que os 80% (oitenta por cento) restantes situam-se na área do Município vizinho. Indaga se a ação pode ser proposta pela Procuradoria do Município de Sorocaba ou se a legitimação é da Comarca vizinha.

Assinale a alternativa em que consta parecer correto sobre a questão proposta.

- (A) A ação deverá ser proposta pela Procuradoria do Município de Sorocaba somente quanto à área do imóvel que está na Comarca. Assim, poderão ser desapropriados 20% (vinte por cento) do imóvel.
- (B) A ação deverá ser proposta pela Procuradoria do Município vizinho, uma vez que mais de 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel está naquela Comarca.
- (C) A ação poderá ser proposta pela Procuradoria do Município de Sorocaba, desde que o Município vizinho ainda não tenha proposto qualquer ação em relação ao imóvel e que nesta tenha ocorrido o primeiro despacho, pois nesse caso, a competência será determinada pela prevenção e abrangerá a totalidade do imóvel.
- (D) A desapropriação, para abranger todo o imóvel, deve ser proposta por ambas as Procuradorias, em litisconsórcio, mas a ação deverá tramitar perante o Juízo da Comarca vizinha, vez que 80% (oitenta por cento) do imóvel está sob sua jurisdição.
- (E) A Procuradoria do Município de Sorocaba deverá oficiar a Procuradoria do Município vizinho para que este ingresse com a ação cabível, reservando 20% do imóvel para o Município de Sorocaba.

37. Em execução contra a Fazenda Pública, movida por particular, houve regular citação, sendo o mandado juntado aos autos no dia 31, uma segunda-feira. O prazo final para embargar a execução, nesse caso, ocorre no dia

- (A) 10 do mês subsequente à juntada do mandado.
- (B) 21 do mês subsequente à juntada do mandado.
- (C) 30 do segundo mês subsequente à juntada do mandado.
- (D) 30 do mês subsequente à juntada do mandado.
- (E) 30 do quarto mês subsequente à juntada do mandado.

38. A Procuradoria do Município propõe ação ordinária perante o juízo competente. O juiz, ao despachar a inicial, tem convencimento firmado de que o pedido formulado na ação deve ser rejeitado. Em razão disto, sem determinar a citação do réu, extinguiu o processo com resolução de mérito, julgando improcedente a ação. Nessa condição,
- (A) o juiz somente poderá agir dessa forma caso a questão a ser decidida seja unicamente de mérito e ele haja decidido da mesma forma em processos idênticos. Para tanto, deverá reproduzir na sentença o teor das decisões anteriores, sendo-lhe facultado o juízo de retratação no prazo de 5 (cinco) dias em caso de apelação.
- (B) o juiz somente poderá agir dessa forma caso a questão a ser decidida seja unicamente de mérito e ele haja decidido da mesma forma em processos idênticos. Não está obrigado a reproduzir na sentença o teor das decisões anteriores, bastando que sua decisão seja motivada, sendo-lhe, contudo, facultado o juízo de retratação no prazo de 5 (cinco) dias em caso de apelação.
- (C) o juiz somente poderá decidir dessa forma caso a questão seja unicamente de mérito e ele haja decidido da mesma forma em processos idênticos. Para tanto, deverá reproduzir na sentença o teor das decisões anteriores, sendo-lhe facultado o juízo de retratação no prazo de 5 (cinco) dias em caso de agravo de instrumento.
- (D) o juiz somente poderá decidir dessa forma caso a questão seja unicamente de mérito e que haja decidido da mesma forma em processos idênticos. Para tanto, deverá reproduzir na sentença o teor das decisões anteriores, sendo-lhe facultado o juízo de retratação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em caso de apelação.
- (E) em nenhuma hipótese o juiz poderia agir dessa forma, pois a sentença fere o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa do réu.
39. Interposto Recurso Extraordinário, o Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou seguimento ao recurso. A Procuradoria Municipal foi devidamente intimada da decisão no dia 31, uma sexta-feira. Nesse caso,
- (A) poderá ser interposto Agravo de Instrumento, acompanhado das peças obrigatórias, cujo prazo final será no dia 12 do mês subsequente.
- (B) poderá ser interposto Agravo, cujo prazo final se dará no dia 24 do mês subsequente à intimação.
- (C) poderá ser interposto Agravo, cujo prazo final se dará no dia 22 do mês subsequente à intimação.
- (D) poderá ser interposto Agravo, cujo prazo final se dará no dia 12 do mês subsequente à intimação.
- (E) poderá ser interposto Agravo de Instrumento, acompanhado das peças obrigatórias, cujo prazo final será no dia 22 do mês subsequente.
40. Um empresário iniciou a construção de vultoso galpão para instalação de indústria de gêneros alimentícios na cidade de Sorocaba, cuja atividade empresarial trará emprego e aumentará sensivelmente a arrecadação de impostos para o Município. Em fiscalização realizada pelo Departamento de Uso e Ocupação do Solo, houve a constatação de que a construção está em desacordo com a legislação municipal, sendo imediatamente determinado o embargo da obra. Inconformado, o particular ingressou em juízo, requerendo o desembargo da obra, prestando, para tanto, caução equivalente à totalidade da obra.
- Considerando o exposto, é correto dizer que
- (A) o procedimento da nunciação de obra nova não admite o embargo administrativo da obra.
- (B) em razão da alegação de que o embargo da obra causa prejuízo ao particular e tendo este prestado caução suficiente, deverá ser autorizado o prosseguimento da obra.
- (C) o procedimento da nunciação de obra nova somente permite o prosseguimento da obra por ocasião da sentença de mérito, quando o juiz analisará a legalidade do embargo.
- (D) tendo em vista que o embargo foi administrativo e não tendo a Procuradoria requerido o embargo judicial no prazo de 3 (três) dias, poderá o particular prosseguir na obra, independentemente de autorização judicial.
- (E) apesar de ser prestada caução, a obra não poderá prosseguir, ainda que o particular alegue que a paralisação da obra lhe trará danos irreparáveis.
41. Após distribuição de Execução Fiscal, e antes de proferida a sentença de 1.º grau, a Procuradoria Fiscal verificou que, por ocasião da inscrição do débito na dívida ativa, não foram abatidos valores pagos pelo contribuinte. Em razão disso, determinou-se, por intermédio de regular processo administrativo, a substituição da certidão de dívida ativa, sendo requerida ao Juízo da execução a sua substituição.
- Nesse caso,
- (A) o juiz deverá julgar extinta a execução fiscal, uma vez que o crédito executado é diverso da certidão de dívida ativa originária, sendo este o único título que embasa a execução, caracterizando-se assim a ausência de título executivo.
- (B) o juiz deverá extinguir a execução fiscal sem resolução do mérito por falta de interesse de agir da Fazenda Pública.
- (C) o juiz deverá indeferir o pedido de substituição da dívida ativa, prosseguindo-se a execução em relação ao título originário, que não poderá ser substituído nos mesmos autos.
- (D) o juiz deverá acolher o pedido de substituição, prosseguindo-se a execução fiscal nos mesmos autos com a certidão de dívida ativa substituída, sendo, neste caso, concedido novo prazo para que o executado embargue a execução.
- (E) a Fazenda Pública não poderá substituir a certidão de dívida ativa, devendo requerer a desistência da Execução Fiscal.

42. A Prefeitura Municipal de Sorocaba locou, de particular, imóvel no qual instalou hospital municipal em bairro da periferia. Passado o prazo determinado da locação, o locador notificou a locatária de que não mais tem interesse em manter a locação, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para desocupação voluntária do imóvel. Tendo em vista que não ocorreu a pretendida desocupação voluntária, foi proposta ação ordinária de despejo. Em face da situação exposta, pode-se dizer que
- (A) a ação deverá ser julgada improcedente, uma vez que a pretensão não se enquadra nas hipóteses de cabimento de despejo.
 - (B) a ação poderá ser julgada procedente, uma vez que é direito do proprietário/locador dispor do imóvel da forma que melhor lhe aprouver, concedendo-se o prazo de 30 dias para a desocupação do imóvel.
 - (C) a ação poderá ser julgada procedente, e se entre a citação e a sentença houver decorrido mais de 4 (quatro) meses, independentemente da natureza da locação, o prazo será reduzido para 15 (quinze) dias.
 - (D) a ação poderá ser julgada procedente, mas por se tratar de locação onde está instalado no imóvel hospital municipal e tendo decorrido menos de 1 ano entre a citação e a sentença que decretou o despejo, o prazo para desocupação será de um ano.
 - (E) o processo deverá ser extinto sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir na modalidade adequação.
43. Impetrado mandado de segurança, na petição inicial foi apontada como autoridade coatora o administrador de determinada empresa pública municipal, sob o argumento de abuso de autoridade em relação a ato de gestão por ele praticado. Nesse caso,
- (A) o juiz poderá conceder liminar em mandado de segurança, independentemente de requerimento da parte.
 - (B) independentemente da concessão ou não de liminar em mandado de segurança, a autoridade apontada como coatora será intimada para prestar informações e citada, pessoalmente, para responder ao mandado.
 - (C) a inicial do mandado de segurança deverá ser desde logo indeferida, por decisão motivada, por não se enquadrar a hipótese apresentada no caso de cabimento de mandado de segurança.
 - (D) o mandado de segurança deverá ter seu regular processamento para que o juiz possa decidir pela concessão ou não da segurança.
 - (E) não é cabível concessão de liminar em mandado de segurança contra o Poder Público.
44. Interposto recurso contra sentença que concedeu *habeas data*, o Presidente do Tribunal competente determinou a suspensão da ordem.
- Assinale a alternativa correta em relação à situação apontada.
- (A) Não é admissível qualquer recurso dessa decisão, uma vez que o recurso deverá ser julgado na primeira sessão após a conclusão ao relator.
 - (B) Cabe Agravo, o qual será interposto no próprio Tribunal que o remeterá ao STJ para julgamento.
 - (C) Cabe Agravo de Instrumento, o qual deverá ser interposto no Tribunal de Origem, mas o julgamento deverá ocorrer no STJ.
 - (D) Cabe Agravo de Instrumento, o qual deverá ser interposto diretamente no STJ, a quem compete o julgamento do recurso.
 - (E) O recurso deverá ser levado a julgamento na primeira sessão após a conclusão do relator, uma vez que seu julgamento tem prioridade em relação aos demais recursos, salvo em relação ao Mandado de Segurança e ao *Habeas Corpus*. Em relação à decisão do Presidente do TJ, cabe agravo ao próprio Tribunal.
45. Em caso de conflito de competência entre juízes do mesmo Tribunal, tem(têm) legitimação para suscitá-lo:
- (A) o juiz suscitado, somente quando este se der também por incompetente, devendo fazê-lo por ofício ao Presidente do STJ, a quem compete julgar o conflito de competência.
 - (B) o juiz suscitado, quando este se der também por incompetente, devendo fazê-lo por ofício ao Presidente do Tribunal, o Ministério Público e as partes, estas mediante petição dirigida ao Presidente do Tribunal.
 - (C) o juiz suscitado, quando este se der também por incompetente, devendo fazê-lo por ofício ao Presidente do Tribunal, e as partes por petição dirigida ao Presidente do Tribunal.
 - (D) somente poderá ser suscitado pelo Juiz e pelo Ministério Público, pois as partes devem opor exceção de incompetência, e caso esta não seja oposta, não poderão suscitar conflito de competência, por se operar a preclusão.
 - (E) tendo em vista que questões relativas à competência atingem o juízo, o conflito de competência somente poderá ser suscitado pelos juízes do mesmo grau e do mesmo Tribunal.

46. No que diz respeito às empresas públicas, aponte a alternativa correta.

- (A) Devem licitar apenas na modalidade pregão.
- (B) Por serem regidas pelo direito privado, não estão obrigadas a licitar.
- (C) Não estão sujeitas à observação dos princípios da Administração Pública.
- (D) Devem observar os princípios da licitação e da Administração Pública.
- (E) Obrigam-se a licitar se estiverem sob o regime do direito público.

47. Indique a alternativa que contém caso de inexigibilidade de licitação.

- (A) Em caso de guerra ou de perturbação da ordem, desde que reconhecido pelo Congresso Nacional.
- (B) Quando o município tiver que intervir no domínio econômico, com autorização expressa da União.
- (C) Na contratação de serviços com organizações sociais, desde que instituídas sem fins lucrativos.
- (D) Para o fornecimento de insumos para pesquisa científica, desde que vinculados a universidades públicas.
- (E) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

48. Quanto aos bens públicos, aponte a alternativa correta.

- (A) Para serem alienados, os bens de uso comum e de uso especial por meio de institutos de direito privado têm de ser previamente desafetados.
- (B) A inalienabilidade dos bens públicos é absoluta, não estando sujeitos ao comércio de direito privado e de direito público.
- (C) Os bens de uso comum e de uso especial são aqueles que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios.
- (D) Os bens dominicais são os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Pública.
- (E) Para o caso de alienação de bens imóveis públicos, a modalidade de licitação adotada é a tomada de preços.

49. Quanto ao sujeito ativo que pode vir a ser responsabilizado por improbidade administrativa, indique a alternativa correta.

- (A) Responde o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato, ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.
- (B) A lei de improbidade administrativa considera como sujeito ativo apenas o agente público, mesmo que não tenha se beneficiado diretamente.
- (C) Não se enquadra como responsável o agente público que presta serviços à Administração sem vínculo empregatício.
- (D) Os membros da Magistratura e do Ministério Público não se enquadram como sujeitos ativos, por fazerem parte de órgãos com independência funcional.
- (E) Os juízes não se sujeitam à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa por possuírem cargo de vitaliciedade.

50. Leia as assertivas a seguir:

- I. Os contratos celebrados pela Administração Pública compreendem, quanto ao regime jurídico, duas modalidades: os contratos de direito privado e os contratos de direito administrativo.
- II. A finalidade de um contrato administrativo, quando sujeita ao direito privado, não necessita ser pública.
- III. Quando se cuida do tema contratual, verifica-se que, no que se refere às sujeições impostas à Administração, não diferem os contratos de direito privado e os administrativos; todos eles obedecem a exigências de forma, de procedimento, de competência, de finalidade.
- IV. Quando a Administração celebra contratos administrativos, as cláusulas exorbitantes ou de privilégio devem ser explicitadas, sob pena de não valerem.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

51. Constitui característica da permissão de serviço público, entre outras:

- (A) o serviço pode ser cedido pelo permissionário.
- (B) independe de licitação, se assim atender o interesse público.
- (C) deve ser concedida com fixação de prazo.
- (D) tem a titularidade de seu objeto transferida ao particular.
- (E) pode ser revogada a qualquer momento, em razão de interesse público.

52. No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado por omissão, pode-se afirmar que
- (A) a doutrina é pacífica no sentido de que a responsabilidade, no caso, é subjetiva.
 - (B) a doutrina é pacífica por entender que a responsabilidade é sempre objetiva.
 - (C) há correntes da doutrina entendendo que a responsabilidade é subjetiva.
 - (D) a responsabilidade será objetiva caso o agente público venha a agir com dolo.
 - (E) a responsabilidade será objetiva se não puder se apurar o nexo de causalidade.
53. Os servidores públicos temporários
- (A) exercem cargo público, sem estarem vinculados à Administração.
 - (B) exercem função pública, sem estarem vinculados a cargo público.
 - (C) são contratados por tempo determinado, em regime estatutário.
 - (D) são contratados por tempo indeterminado, sob regime trabalhista.
 - (E) são eleitos para exercer mandato público por tempo determinado.
54. Decorrem da estabilidade em cargo público os direitos a
- (A) cargo, emprego e função.
 - (B) subsídios, estágio probatório e aproveitamento.
 - (C) gozo de férias, aposentadoria e disponibilidade.
 - (D) reintegração, disponibilidade e aproveitamento.
 - (E) aposentadoria, subsídios e gozo de férias.
55. É possível a indenização da desapropriação por títulos da dívida pública
- (A) pelo Município, de bens urbanos inadequadamente utilizados.
 - (B) pelo Município, de bens rurais, para fins de reforma agrária.
 - (C) pelo Estado, no caso de declaração de necessidade pública.
 - (D) pela União, quando houver interesse social.
 - (E) pela União, de bens dominicais.
56. Considerando a presunção de veracidade dos atos administrativos, indique a alternativa correta.
- (A) Em nome da segurança jurídica, o Judiciário deve apreciar *ex officio* a validade do ato.
 - (B) Enquanto não decretada sua invalidade, ele produzirá efeitos como um ato válido.
 - (C) O ato deixa de produzir efeitos, mesmo sem a decretação de sua invalidade, deixando de ser obrigatório.
 - (D) Somente a Administração Pública tem o poder/dever de invalidar os atos administrativos.
 - (E) Somente o Poder Judiciário pode decretar a invalidade do ato administrativo, quando instado para esta finalidade.
57. Quanto ao motivo da discricionariedade do ato administrativo, este ocorre quando
- (A) a lei estabelece o motivo para a prática do ato.
 - (B) a lei estabelece a conduta a ser adotada pela Administração.
 - (C) a lei define o motivo com conceitos jurídicos indeterminados.
 - (D) a lei utiliza conceitos jurídicos determinados.
 - (E) o motivo for posterior à prática do ato.
58. O desvio de poder é um vício do ato administrativo relativo
- (A) ao motivo.
 - (B) ao objeto.
 - (C) à forma.
 - (D) à finalidade.
 - (E) ao sujeito.
59. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, compete a este Município
- (A) fixar tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis.
 - (B) fixar o valor das mensalidades escolares.
 - (C) autorizar a produção de material bélico nos limites do Município.
 - (D) manter serviço postal.
 - (E) explorar o serviço de radiodifusão sonora.
60. Apontam-se como atributos do poder de polícia a
- (A) vinculação, a exigibilidade e a materialidade.
 - (B) exigibilidade, a materialidade e as decisões.
 - (C) discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
 - (D) direção, o sujeito e o objeto.
 - (E) coercibilidade, o objeto e a materialidade.

61. O estabelecimento de critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da União de estabelecer, por lei, normas de igual objetivo, é matéria a ser regulada por
- (A) lei complementar.
 (B) lei ordinária.
 (C) resolução do Senado Federal.
 (D) norma complementar.
 (E) convênio.
62. O princípio da anterioridade impõe aos titulares do poder de tributar a vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Nesse mesmo sentido, a denominada “noventena” exige que a cobrança dos referidos tributos não possa ser promovida antes de decorridos noventa dias da data em que a referida lei haja sido publicada, observado o princípio da anterioridade. Embora sujeitas ao princípio da anterioridade, as leis que disponham sobre a exigência de determinados tributos não se submetem à noventena. Dentre elas, podem ser citadas as leis que
- (A) instituem contribuições de melhoria.
 (B) instituem o imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS).
 (C) majorem o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR).
 (D) majorem o imposto sobre a transmissão *causa mortis* ou doação de bens e direitos a eles relativos (ITCMD).
 (E) majorem o imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI).
63. Do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, a União entregará 48% a quem de direito nos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal. Na divisão, 1% será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, a cada ano, no primeiro decêndio do mês de
- (A) janeiro.
 (B) fevereiro.
 (C) junho.
 (D) julho.
 (E) dezembro.
64. Sobre a medida cautelar fiscal, é correto afirmar que
- (A) para sua concessão, é dispensável a prova literal da constituição do crédito fiscal.
 (B) sua decretação produzirá, de imediato, a indisponibilidade de todos os bens do requerido, independentemente do limite da satisfação da obrigação.
 (C) preenchidos os pressupostos e requisitos legais exigíveis, o juiz a concederá liminarmente, dispensada a Fazenda Pública de justificação prévia e prestação de caução.
 (D) do despacho que a conceder liminarmente caberá apelação.
 (E) da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação, com efeito suspensivo, salvo se o requerido oferecer garantia na forma estabelecida na lei que rege a matéria.
65. De acordo com previsão expressa do Código Tributário Nacional, a especificidade e a divisibilidade são requisitos exigíveis para legitimar a cobrança de
- (A) impostos em razão de sua vinculação *uti universi*.
 (B) taxas referentes à utilização efetiva ou potencial de serviço público pelo contribuinte.
 (C) taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia.
 (D) tarifas em razão de sua natureza de receita patrimonial.
 (E) tarifas em razão do caráter contraprestacional que possuem.
66. Assinale a assertiva correta no que respeita ao lançamento tributário.
- (A) No lançamento por declaração, a retificação da declaração, por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e após a revisão daquela.
 (B) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo; de recurso de ofício ou de iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos em lei.
 (C) O lançamento reporta-se à data do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, mesmo que posteriormente modificada ou revogada, regra que se aplica também aos impostos lançados por períodos certos de tempo, ainda que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.
 (D) O lançamento por homologação é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
 (E) O lançamento por homologação não admite homologação tácita por decurso de prazo.

67. Acerca do pagamento como causa extintiva do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- (B) O pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento, quando parcial, das prestações em que se decompõe.
- (C) Quando a legislação tributária não fixar o prazo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
- (D) A restituição total ou parcial de tributo pago indevidamente vence juros capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
- (E) O direito de pleitear a restituição do tributo pago indevidamente extingue-se com o decurso do prazo de 2 anos contados do pagamento indevido.

68. Assinale a alternativa correta no que respeita ao instituto da isenção.

- (A) Juridicamente, corresponde ao conceito de imunidade.
- (B) Salvo disposição de lei em contrário, é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- (C) Sua concessão não é admitida em caráter pessoal.
- (D) Constitui-se em uma das causas de exclusão do crédito tributário.
- (E) Uma vez concedida, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja dela consequente.

69. Assinale a alternativa que está de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional no que se refere às preferências do crédito tributário.

- (A) Os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência são extracursais.
- (B) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos com garantia real, no limite dos bens gravados.
- (C) Na falência, a multa tributária prefere a todos os demais créditos.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita à habilitação apenas em falência ou recuperação judicial.
- (E) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou tempo de sua constituição, ressalvados, apenas, os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

70. Assinale a alternativa que estiver em consonância com processo de execução fiscal.

- (A) Na execução por carta, os embargos do devedor serão oferecidos no juízo deprecante, que os remeterá ao juízo deprecado, para instrução e julgamento.
- (B) Não há previsão na lei que rege o processo executivo para que o juiz, de ofício, reconheça e decrete a prescrição intercorrente.
- (C) O executado deverá oferecer embargos, no prazo de 5 dias contados da intimação da penhora.
- (D) Recebidos os embargos, o juiz mandará intimar a Fazenda para impugná-los no prazo de 60 dias.
- (E) Nos processos regulados pela Lei de Execução Fiscal, poderá ser dispensada a audiência de revisor, no julgamento das apelações.

DIREITO DO TRABALHO

71. Das definições a seguir, a que se amolda ao conceito de relação de emprego que foi adotado pela legislação brasileira é:

- (A) relação jurídica de natureza contratual, tendo como sujeitos o empregado e o empregador e como objeto o trabalho subordinado, continuado e assalariado.
- (B) contrato pelo qual há uma relação fática objetiva, com serviços subordinados prestados por empregado a empregador, independentemente da vontade e de remuneração.
- (C) contrato segundo o qual uma pessoa física presta serviços de modo impessoal, não eventual, mediante pagamento ou onerosidade e subordinação.
- (D) um vínculo que resulta da conversão da escravidão em uma espécie de contrato, mantendo-se a subordinação e a submissão do trabalhador aos desígnios do empregador, mas agora mediante pagamento de salário e de suposta liberdade de ir e vir.
- (E) uma espécie contratual cujas raízes históricas remontam ao Direito Romano (*locatio operarum e locatio operis*), com natureza jurídica de locação (o trabalhador aluga a sua força de trabalho ao empregador).

72. Considere as três proposições apresentadas e assinale a alternativa correta em relação a elas.

- (1) Muito embora vigore o princípio da inalterabilidade das condições do trabalho, existe o *jus variandi* do empregador, que pode ser enunciado como o direito de impor unilateralmente certas condições de trabalho ao empregado, cujo exercício não causa prejuízo direto ou indireto ao trabalhador.
 - (2) O contrato de trabalho admite alterações subjetivas e alterações objetivas. As alterações subjetivas ocorrem nas alterações entre os sujeitos da relação, notadamente nas hipóteses de sucessão de empresas e mudança na estrutura jurídica do empregador. As objetivas aludem às condições de trabalho e se dão pelo poder de comando patronal, nas transferências dos empregados e na suspensão do contrato de trabalho e seus efeitos, bem como quando resultam de negociação coletiva válida e expressa em acordo ou convenção coletivos de trabalho.
 - (3) As regras de transferência de empregados para outra localidade são protecionistas e destinam-se a evitar o ato patronal obstativo do prosseguimento da relação de emprego. O princípio geral é proibitivo, vedada a transferência para localidade diversa da de prestação de serviços.
- (A) Estão corretas as proposições (1) e (2), mas incorreta a proposição (3).
 - (B) Estão corretas as proposições (1) e (3), mas incorreta a proposição (2).
 - (C) Estão corretas as proposições (2) e (3), mas incorreta a proposição (1).
 - (D) Estão corretas as três proposições.
 - (E) Está correta apenas a afirmação (2).

73. No curso do contrato de trabalho, há períodos de paralisação das atividades e aqueles que são destinados aos repousos e descanso. Quanto a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Há várias espécies de repouso e descanso, divididos em dois gêneros: suspensão e interrupção do contrato de trabalho. A suspensão dá-se quando devidos os salários e a interrupção, quando não há pagamento.
- (B) São exemplos de interrupção do contrato de trabalho: as férias, o repouso semanal remunerado e os primeiros 15 dias de afastamento por doença; e de suspensão do contrato de trabalho, o intervalo intrajornada para refeição e descanso, o intervalo interjornadas e o período de greve.
- (C) Durante o período do serviço militar do empregado, apesar de indevidos os salários, porque o empregador é obrigado a pagar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, está-se diante de hipótese de descanso compulsório.
- (D) As faltas podem ser justificadas ou não. No entanto, sempre que houver ausência, o empregador está autorizado a proceder aos descontos dos salários relativos aos dias em que não houve a prestação de serviços.
- (E) As férias serão proporcionais ao número de faltas que o empregado teve durante o ano. No entanto, em hipótese nenhuma poderá haver a perda do direito às férias ou a supressão do direito às férias do empregado.

74. O contrato de trabalho extingue-se

- (A) somente por iniciativa de qualquer uma das partes, que precisa necessariamente preavisar a outra parte com tempo proporcional ao de serviço.
- (B) por iniciativa de qualquer das partes e também pelo Estado (*factum principis*), que pode impor o fechamento de alguma atividade econômica.
- (C) por iniciativa do empregado, por iniciativa do empregador ou por iniciativa de ambos, como no caso de culpa recíproca.
- (D) por morte do empregado ou empregador, falência da empresa, dispensa do empregado, rescisão direta ou indireta.
- (E) por iniciativa do empregado e/ou do empregador, por efeito de ato de terceiro ou fato extintivo da relação de emprego.

75. Em relação à Fazenda Pública e seus privilégios, assinale a alternativa correta.

- (A) As entidades sindicais têm direito aos mesmos privilégios processuais assegurados à Fazenda Pública, quando da cobrança da dívida ativa, para promover a cobrança judicial de todas as contribuições em seu favor.
- (B) Os trabalhadores têm direito aos mesmos privilégios processuais assegurados à Fazenda Pública em relação à execução, na medida em que a lei subsidiária do processo do trabalho na fase de execução é a dos executivos fiscais.
- (C) A Fazenda Pública não tem privilégios, mas prerrogativas processuais que defendem o erário, como o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, citação pessoal, duplo grau obrigatório, precatório, entre outros dispositivos legais.
- (D) A instituição de benefícios exclusivos e distintivos dos demais partícipes do processo em favor da Fazenda Pública representa um atentado ao princípio constitucional da igualdade de trato e do subprincípio da paridade de armas que compõe as garantias do contraditório e do devido processo legal.
- (E) A Fazenda Pública municipal, quando empregadora sob o regime da CLT, equipara-se ao empregador comum e não goza nenhum privilégio ou prerrogativa processuais, em atenção ao princípio constitucional da isonomia de tratamento.

DIREITO PENAL

76. As regras gerais do Código Penal, de acordo com seu art. 12, aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial?

- (A) Não, há expressa vedação legal nesse sentido.
- (B) Sim, sem qualquer exceção.
- (C) Sim, se a lei especial não dispuser de modo diverso.
- (D) Sim, desde que a lei especial preveja a aplicação supletiva do CP.
- (E) Sim, mas apenas para as leis especiais publicadas até a data em que a Parte Geral do CP entrou em vigor.

77. Para Paulo José da Costa Junior (*Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 94*) o *fato*, que é o aspecto objetivo ou material do crime, é resultante da soma de três componentes. Quais são eles?
- (A) Ação, tipicidade e ilicitude.
 - (B) Conduta, evento e nexo causal.
 - (C) Ação, tipicidade e culpabilidade.
 - (D) Tipicidade, ilicitude e culpabilidade.
 - (E) Ação ou omissão, dolo ou culpa e resultado.
78. Conceito legal (CP, art. 14, I) de crime consumado: quando
- (A) deixa vestígios.
 - (B) o agente atinge sua vontade.
 - (C) causa dano ou perigo de dano.
 - (D) altera a situação naturalística de repouso.
 - (E) nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
79. As condutas criminosas conhecidas como *fraudes em certames de interesse público*, recentemente incluídas no CP, integram o rol dos crimes
- (A) contra a fé pública.
 - (B) contra a incolumidade pública.
 - (C) contra a administração da justiça.
 - (D) praticados por particular contra a Administração.
 - (E) praticados por funcionário público contra a Administração.
80. O crime de *usurpação de função pública* (CP, art. 328) será qualificado por expressa previsão legal se
- (A) cometido mediante violência.
 - (B) o fato causa prejuízo a particular.
 - (C) praticado por funcionário público.
 - (D) do fato o agente auferir vantagem.
 - (E) o fato causar prejuízo à Administração.
81. A representação, nas ações penais que dela dependem, de acordo com o art. 25 do CPP,
- (A) não admite retratação.
 - (B) será retratável, até o trânsito em julgado.
 - (C) será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
 - (D) será irretratável, após o término do inquérito policial.
 - (E) será retratável apenas até a sentença de primeiro grau.
82. De acordo unicamente com as regras de competência pelo lugar da infração, figure a hipótese de que a execução de determinado crime iniciou-se na cidade de Campinas, SP; o último ato de execução foi praticado na cidade de Sorocaba, SP, vindo a consumação, entretanto, a ocorrer em Buenos Aires, Argentina. Tratando-se de caso em que se aplica a lei brasileira, é competente para processo e julgamento o juízo
- (A) de Brasília, DF.
 - (B) de Sorocaba, SP.
 - (C) de Campinas, SP.
 - (D) de São Paulo, capital.
 - (E) nacional mais próximo de Buenos Aires, Argentina.
83. Considere as seguintes afirmações no que concerne ao incidente de falsidade, procedimento tratado pelo CPP nos arts. 145 a 148.
- I. A arguição de falsidade pode ser feita pelo advogado que atua na defesa do réu, não havendo necessidade de poderes especiais para tanto.
 - II. Se reconhecida a falsidade por decisão irrecorrível, o juiz mandará desentranhar o documento e remetê-lo-á, com os autos do processo incidente, ao Ministério Público.
 - III. O juiz não poderá, de ofício, proceder à verificação da falsidade, devendo haver provocação escrita de alguma das partes.
- É correto somente o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

84. É muito comum que o juiz, em obras cinematográficas, exija que a testemunha, antes de depor, “jure dizer a verdade”, sendo que em alguns casos tal ato é instrumentalizado pela colocação da mão da testemunha sobre a Bíblia. Em nosso sistema processual penal, a testemunha faz um mero compromisso de dizer a verdade. Tal compromisso, a rigor do art. 208 do CPP, não é tomado, entre outras pessoas, dos

- I. doentes e deficientes mentais;
- II. menores de 14 (quatorze) anos;
- III. que em razão do ministério, ofício ou profissão devam guardar segredo.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

85. A prisão preventiva, para que seja decretada, demanda prova da existência do crime e indício suficiente de autoria (CPP, art. 312). Além desses dois requisitos, a referida modalidade de prisão, por ser uma medida cautelar, deve ter como objetivo uma utilidade para o processo como, por exemplo,

- I. a garantia da ordem pública;
- II. a garantia da ordem econômica;
- III. assegurar a aplicação da lei penal.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

LEGISLAÇÃO

86. Sobre as disposições constantes na Lei Orgânica do Município de Sorocaba, no que diz respeito à Competência Municipal exclusiva dessa pessoa jurídica de direito público interno, é correto afirmar que

- (A) o Município não poderá executar obras de pavimentação sem autorização expressa do Estado.
- (B) caberá exclusivamente ao Município legislar sobre Juntas Comerciais.
- (C) o Município não poderá realizar programas de alfabetização por ser tal assunto de competência exclusiva do Estado.
- (D) ao Município caberá promover a concessão, permissão ou convênio para oferecer iluminação pública aos municípios.
- (E) não é incumbência do Município promover a preservação do meio ambiente por ser tal assunto de competência exclusiva da União.

87. Assinale a alternativa que traz a informação correta sobre as proibições impostas aos vereadores de Sorocaba, depois de expedido o diploma e empossados.

- (A) Desde a expedição do diploma, não podem ser titulares de mais um cargo eletivo.
- (B) Desde a posse, não podem aceitar cargo em empresa pública.
- (C) Desde a expedição do diploma, não podem firmar contrato com o Município.
- (D) Desde a posse, não podem manter contrato com sociedade de economia mista.
- (E) Desde a expedição do diploma, não podem ser proprietários de empresa que mantenha contato com o Município.

88. Sobre as deliberações da Câmara Municipal, dentro do que dispõe a Lei Orgânica do Município de Sorocaba, pode-se dizer que depende de voto favorável

- (A) de dois terços dos membros da Câmara, a aprovação de leis concernentes à realização de sessão secreta.
- (B) da maioria absoluta dos membros da Câmara, a aprovação de leis concernentes à concessão de serviços públicos.
- (C) de dois terços dos membros da Câmara, a aprovação de lei que altere o Estatuto dos Servidores Municipais.
- (D) da maioria absoluta dos membros da Câmara, a rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas.
- (E) de dois terços dos membros da Câmara, a aprovação de lei complementar.

89. Para efeito do Estatuto dos Servidores Municipais de Sorocaba, é correto afirmar que

- (A) cargo de confiança revela-se apenas como cargo em comissão, que se dá pela livre nomeação e exoneração por parte do Chefe do Executivo.
- (B) função atividade é o conjunto de atividades específicas a ser exercido em caráter precário por empregado admitido nas formas da lei, para atender necessidades urgentes e inadiáveis do serviço público, contratado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) lotação é o conjunto de cargos de docente ou conjunto de cargos de especialistas em educação, incluídos seus respectivos níveis.
- (D) empregado público é o servidor legalmente investido no cargo sob o regime jurídico instituído pela Lei n.º 3.300/90.
- (E) atribuição é o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao servidor público.

90. Sobre o direito de férias do Servidor Municipal de Sorocaba, de acordo com o que prevê o Estatuto que o rege, é correto afirmar que terá direito a
- (A) 24 dias de férias, após 12 meses de trabalho, se não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes.
 - (B) 30 dias de férias, após 12 meses de trabalho, se não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes.
 - (C) 18 dias de férias, após 12 meses de trabalho, se não houver faltado ao serviço de seis a quatorze vezes.
 - (D) 12 dias de férias, após 12 meses de trabalho, se não houver faltado ao serviço de seis a quatorze vezes.
 - (E) 24 dias de férias, após 12 meses de trabalho, se não houver faltado ao serviço de quinze a vinte e três vezes.
91. Assinale a alternativa correta no que se refere à regulamentação sobre os vencimentos e vantagens pecuniárias do Servidor Municipal de Sorocaba, de acordo com o que prevê o Estatuto que o rege.
- (A) A Administração Pública não pode, em nenhuma hipótese, efetuar qualquer desconto dos funcionários sem que estes o autorizem prévia e expressamente.
 - (B) É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (C) A remuneração de hora que exceda a jornada diária do funcionário público será acrescida de 60% do valor da hora normal.
 - (D) As horas trabalhadas em período noturno serão pagas aos funcionários que exercerem suas atividades no período compreendido entre as 22:00 h e as 05:30 h, e serão remuneradas no valor de 25% da hora normal.
 - (E) O salário-família será concedido apenas aos funcionários ativos que tiverem filhos inválidos ou menores de 14 anos de idade.
92. Sobre o Regulamento dos Serviços Públicos de Água, Esgoto e Drenagem Pluvial do Município de Sorocaba, é correto afirmar que
- (A) é proibido descarregar águas pluviais, de drenagem e efluentes de piscinas na rede de esgoto.
 - (B) podem os usuários intervir nos ramais coletores, somente se a intervenção tiver por fim desobstruí-los ou melhorar as condições de despejo.
 - (C) a conta relativa a tarifas será extraída em intervalos regulares e entregue aos usuários em prazo não inferior a 5 (cinco) dias.
 - (D) a falta do pagamento da conta dentro dos prazos estabelecidos importará ao usuário multa de 5% do total das despesas, além de correção monetária de acordo com a variação do IGPM/FGV.
 - (E) em hipótese nenhuma poderá haver supressão do fornecimento de água, mesmo que por falta de pagamento, mediante prévio aviso.
93. A respeito da concessão dos serviços de água e esgoto, nos moldes previstos no Regulamento dos Serviços Públicos de Água, Esgoto e Drenagem Pluvial do Município de Sorocaba, está correto o afirmado na alternativa:
- (A) somente o proprietário do imóvel está autorizado a requerer a ligação de água e esgoto, comprovando essa condição por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano.
 - (B) um mesmo imóvel poderá ser abastecido por mais de uma ligação de água e esgoto.
 - (C) ficará a cargo de cada usuário efetuar a manutenção periódica dos hidrômetros instalados pelo SAAE.
 - (D) não está autorizada, no Município de Sorocaba, a instalação de fossas e poços artesianos.
 - (E) o SAAE – Sorocaba não ligará serviço de água para fim de revenda.
94. Assinale a alternativa correta sobre os Tributos Municipais, de acordo com o que prevê a Lei Orgânica do Município de Sorocaba.
- (A) Compete ao Município instituir impostos em razão do exercício do Poder de Polícia e de serviços públicos específicos e divisíveis.
 - (B) Ficam isentos do pagamento de IPTU os aposentados e pensionistas cujos proventos não ultrapassem três salários-mínimos e que possuam uma única propriedade.
 - (C) É concedida isenção total do IPTU aos proprietários que possuam um único imóvel, cuja área do terreno não seja superior a cento e vinte e cinco metros quadrados e cuja área construída não ultrapasse setenta metros quadrados.
 - (D) A concessão de anistia, isenção ou remissão gera direito adquirido ao beneficiário, não podendo ser revogada.
 - (E) A remissão dos créditos tributários somente ocorrerá nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que a autorize ser aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
95. Sobre a ordem econômica e social, no que diz respeito à saúde, a Lei Orgânica do Município de Sorocaba prevê que
- (A) foge da competência municipal, incumbindo especificamente ao Estado, o planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS.
 - (B) cabe ao Prefeito convocar trimestralmente o Conselho Municipal de Saúde e avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política da saúde do Município.
 - (C) não haverá qualquer participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde, vez que tal sistema é unicamente público.
 - (D) o Município terá sob sua responsabilidade o controle dos bancos de sangue, que será realizado periodicamente conforme legislação sanitária vigente.
 - (E) o Sistema Único de Saúde implantado no Município será financiado apenas por recursos do Estado e da União.

96. Sobre a Política Urbana e a proteção ao Meio Ambiente, a Lei Orgânica do Município de Sorocaba estabelece que
- (A) o plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, revisto a cada dois anos, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana a ser executada pelo Município.
 - (B) para que um conjunto habitacional com mais de 50 unidades tenha sua planta aprovada e a concessão do “habite-se”, devem-se assegurar espaços apropriados para a instalação de creches às crianças de zero a seis anos.
 - (C) o Município é autorizado a criar um fundo financeiro correspondente a um por cento do seu orçamento, escriturado à parte em sua contabilidade, visando assegurar recursos para a despoluição do Rio Sorocaba.
 - (D) cabem aos órgãos federais a fiscalização e o controle do destino do lixo hospitalar e o de origem industrial.
 - (E) integrarão, facultativamente, o currículo das escolas da rede municipal, aulas sobre proteção ao meio ambiente, defesa da ecologia, tratamento e amparo dos animais.
97. Em todos os processos submetidos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será assegurada a ampla defesa ao responsável ou interessado. Dessa forma, assinale a alternativa que traz um dos recursos possíveis de serem aplicados para rebater decisão desse órgão.
- (A) Embargos Infringentes.
 - (B) Recurso Extraordinário.
 - (C) Embargos de Terceiro.
 - (D) Pedido de reconsideração.
 - (E) Apelação.
98. Sobre as execuções das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) as decisões desse órgão, que resultem em imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.
 - (B) após o trânsito em julgado da decisão que impute pagamento de multa ou restituição, o responsável terá prazo de quinze dias, depois de notificado, para pagar tais valores.
 - (C) recolhida a importância devida, o Tribunal de Contas terá trinta dias para expedir o comprovante da provisão de quitação, a qual declarará o modo e o motivo do pagamento.
 - (D) após o trânsito em julgado da decisão que impute pagamento de multa ou restituição, o responsável terá prazo de vinte dias, depois de notificado, para pagar tais valores.
 - (E) as decisões desse órgão, que resultem em imputação de débito ou multa, não terão eficácia de título executivo.
99. Sobre as multas e sanções que podem ser aplicadas pelo Tribunal de Contas de São Paulo, a Lei Estadual n.º 709/93 prevê que
- (A) esse órgão só tem competência para punir o governador e os prefeitos de cada um dos municípios paulistas.
 - (B) esse órgão poderá aplicar multa de até duas mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo aos responsáveis por contas julgadas irregulares que não resulte débito.
 - (C) não há motivos relevantes que justifiquem o não pagamento das multas aplicadas por esse órgão, e aquele que não cumprir as suas determinações ficará sujeito ao pagamento de até duas mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo.
 - (D) esse órgão poderá aplicar multa de até três mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo aos responsáveis por obstruções ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas.
 - (E) esse órgão poderá aplicar multa de até mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo aos responsáveis por obstruções ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas.
100. Sobre a Composição e Organização do Tribunal de Contas de São Paulo, de acordo com o que prevê a Lei Estadual n.º 709/93, é correto afirmar que
- (A) é composto por nove conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição Federal.
 - (B) todas as sessões do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serão públicas, por julgarem causas de interesse social.
 - (C) os conselheiros elegerão, entre os seus pares, um presidente, um vice-presidente e um corregedor, para mandato de dois anos, permitida a reeleição.
 - (D) o vice-presidente apenas exercerá sua atividade em caso de vacância do presidente eleito, sendo esta a função exclusiva desse cargo.
 - (E) junto ao Tribunal de Contas, funcionarão a Procuradoria da Fazenda do Estado e o Ministério Público, nos termos da lei vigente e do Regulamento Interno desse órgão.